

## ► Sumário

*Nota*, xvii

### 1 SÍNTESE HISTÓRICA, 1

- 1.1 Antecedentes, 1
- 1.2 Título brasileiro, 2
  - 1.2.1 Código Comercial, 3
  - 1.2.2 Interesses fiscais e empresariais, 4
  - 1.2.3 Lei nº 5.474/68, 8

### 2 CAUSALIDADE DA DUPLICATA MERCANTIL, 11

- 2.1 Título de crédito causal, 11
- 2.2 Causa no sentido pré-cambiário, 14
- 2.3 Pressuposto contratual da duplicata, 16
  - 2.3.1 Elementos da compra e venda mercantil, 18
  - 2.3.2 Tradição, 20
  - 2.3.3 Responsabilidade do vendedor, 21

- 2.3.4 Responsabilidade do comprador, 23
- 2.3.5 Preço, 23
- 2.4 Pressupostos inválidos, 24
- 2.5 Declaração de inexigibilidade e anulação de duplicata, 30

### **3 NOTA FISCAL E FATURA, 33**

- 3.1 Fatura e nota fiscal-fatura, 33
- 3.2 Identificação do vendedor na nota fiscal-fatura, 35
- 3.3 Identificação do comprador na nota fiscal-fatura, 36
- 3.4 Identificação da mercadoria na nota fiscal-fatura, 37
- 3.5 Comprovante de entrega da mercadoria, 37
- 3.6 Obrigatoriedade na fatura e na nota fiscal-fatura, 38
- 3.7 Cada duplicata uma fatura, 40
- 3.8 Nota fiscal-eletrônica (NF-e), 41

### **4 DIRETRIZES DA DUPLICATA, 44**

- 4.1 Fundamento legal da duplicata, 44
- 4.2 Título facultativo de fins circulatórios, 45
- 4.3 Momento da emissão, 46
- 4.4 Título insubstituível do vendedor, 47
- 4.5 Registro de duplicatas, 49

### **5 CONTEÚDO FORMAL, 51**

- 5.1 Constituição originária e formalismo, 51
- 5.2 Formalismo e flexibilidade, 51
- 5.3 Requisitos formais objetivos, 57
  - 5.3.1 Denominação, 58
  - 5.3.2 Número da fatura, 58
  - 5.3.3 Data de emissão, 60
  - 5.3.4 Número de ordem, 62
  - 5.3.5 Data do vencimento, 62
  - 5.3.6 Domicílio em território brasileiro, 63
  - 5.3.7 Valor, 64

- 5.3.8 Praça de pagamento, 65
- 5.3.9 Cláusula à ordem, 66
- 5.3.10 Declaração de aceite, 67
- 5.3.11 Outras indicações, 67
- 5.3.12 Título de modelo vinculado, 67
- 5.4 Requisitos formais subjetivos, 68
  - 5.4.1 Requisito do sacador, 70
  - 5.4.2 Individualização do sacador, 71
  - 5.4.3 Individualização do sacado, 72
  - 5.4.4 Sucessão empresarial, 73
  - 5.4.5 Assinatura do sacador, 74

## **6 VENDAS INTERMEDIADAS, 76**

- 6.1 Vendas intermediadas, 76
- 6.2 Comissão mercantil, 79
- 6.3 Mandato mercantil, 82
- 6.4 Contrato estimatório, 85
- 6.5 Mandatário e não comissário, no art. 4º, 86
- 6.6 Contrato estimatório, no art. 5º, 88

## **7 ACEITAÇÃO, RECUSA E SUPRIMENTO, 90**

- 7.1 Aceite nas cambiais e na duplicata, 90
- 7.2 Modalidades de aceite da duplicata, 94
- 7.3 Remessa para aceitação, 94
- 7.4 Pagamento parcial e aceite, 95
- 7.5 Aparência e aceite, 96
- 7.6 Devolução e retenção, 97
- 7.7 Efeito do aceite, 99
- 7.8 Recusa do aceite, 101
  - 7.8.1 Mercadoria avariada, 102
  - 7.8.2 Vícios de qualidade e quantidade, 103
  - 7.8.3 Preços e prazos, 106
- 7.9 Suprimento do aceite, 110

7.10 Duplicata sem aceite, 112

7.11 Triplicata, 113

## **8 VENCIMENTO, APRESENTAÇÃO E PAGAMENTO, 117**

8.1 Aplicação subsidiária da Lei Uniforme, 117

8.2 Vencimento, 118

8.3 Apresentação, 119

8.4 Vencimento antecipado pela falência, 121

8.5 Pagamento da duplicata, 123

8.6 Pagamento antecipado, 124

8.7 Pagamento parcial, 125

8.8 Dedução e compensação, 126

8.9 Prova do pagamento, 129

8.10 Reforma ou prorrogação, 132

## **9 AVAL, 134**

9.1 Nota histórica sobre o aval, 134

9.2 Natureza do aval, 135

9.3 Aplicação subsidiária da Lei Uniforme, 137

9.4 Forma do aval, 138

9.5 Extensão do aval, 139

9.6 Autoria do aval, 140

9.7 Aval por mandatário, 141

9.8 Avalista e avalizado, 143

9.9 Aval em branco, 144

9.10 Pluralidade de avais, 144

9.11 Aval antecipado, 146

9.12 Aval póstumo, 147

9.13 Aval e fiança, 148

9.14 Aval e contrato, 151

9.15 Aval e meação, 153

9.16 Aval em operação de *factoring*, 155

9.17 Aval e falência, 155

9.18 Morte do avalista, 157

## **10 ENDOSSO, 158**

- 10.1 Nota histórica sobre o endosso, 158
- 10.2 Suplementos da Lei Uniforme, 159
- 10.3 Circulação da duplicata, 162
- 10.4 Integridade do endosso, 163
- 10.5 Cláusula não à ordem, 163
- 10.6 Local do endosso, 163
- 10.7 Modalidades de endosso próprio, 164
- 10.8 Endosso-mandato, 166
- 10.9 Endosso caução, 168
- 10.10 Endosso tardio e cessão de crédito, 171
- 10.11 Presunção de boa-fé, 175
- 10.12 Endosso e faturização, 176

## **11 OPERAÇÕES BANCÁRIAS COM DUPLICATAS, 181**

- 11.1 Documento bancável, 181
- 11.2 Operações, 182
- 11.3 Cobrança de duplicatas, 183
- 11.4 Bloqueto de cobrança, 184
- 11.5 Sistema eletrônico de cobrança, 186
- 11.6 Gerenciamento financeiro eletrônico, 187
- 11.7 Fiscalização de operações, 188
- 11.8 Desconto bancário, 189
- 11.9 Crédito rotativo e operações com descontáveis, 192
  - 11.9.1 Borderô, 193
  - 11.9.2 Dados por meio eletrônico, 194
  - 11.9.3 Antecipação do valor, 194
  - 11.9.4 IOF e tarifas, 195
  - 11.9.5 Cessão de direitos, 195
  - 11.9.6 Reembolso e encargos, 196
  - 11.9.7 Abatimento e prorrogação, 197
  - 11.9.8 Renovação contratual, 197
  - 11.9.9 Preservação de direitos, 198

- 11.9.10 Isenção de responsabilidade do banco, 198
- 11.9.11 Autorizações especiais, 199
- 11.9.12 Vencimento antecipado, 200
- 11.9.13 Suspensão de liberação do crédito, 201
- 11.9.14 Autorização para débito em conta e compensação, 202
- 11.9.15 Cessão de créditos, 202
- 11.9.16 Fiscalização do Banco Central do Brasil, 202

## **12 PROTESTO, 204**

- 12.1 Sistema normativo, 204
- 12.2 Caracterização da mora, 205
- 12.3 Noção de protesto, 207
- 12.4 O protesto na Lei de Duplicatas, 209
- 12.5 Lei nº 9.492/97, 210
- 12.6 Competência dos notários, 211
- 12.7 Protocolização, 212
- 12.8 Apontamento de título e dano moral, 213
- 12.9 Intimação do devedor, 215
- 12.10 Lugar do protesto, 218
- 12.11 Intimação do protesto, 219
- 12.12 Pagamento em cartório, 220
- 12.13 Conteúdo do registro do protesto, 220
- 12.14 Protesto de boletos bancários, 221
- 12.15 Microempresa e empresa de pequeno porte, 226

## **13 MODALIDADES DE PROTESTO, 227**

- 13.1 Modalidades de protesto, 227
  - 13.1.1 Protesto por falta de aceite, 228
  - 13.1.2 Protesto por falta de pagamento, 230
  - 13.1.3 Protesto para fins falimentares, 233
  - 13.1.4 Protesto por falta de devolução ou por indicações, 235
  - 13.1.5 Protesto da conta de profissional liberal, 240

## **14 SUSTAÇÃO E CANCELAMENTO DE PROTESTO, 241**

- 14.1 Sustação do protesto, 241
  - 14.1.1 Tutela antecipada, 245
  - 14.1.2 Prestação de caução, 248
  - 14.1.3 Conversão em pedido de cancelamento, 250
- 14.2 Cancelamento do protesto, 251
- 14.3 Protesto e dano moral, 254
- 14.4 Culpa concorrente, 256
- 14.5 Desnecessidade do protesto, 257

## **15 RESPONSABILIDADE DO BANCO POR PROTESTO INDEVIDO, 259**

- 15.1 Responsabilidade extracontratual, 259
- 15.2 Negativação e cadastro de inadimplentes, 261
- 15.3 Valor da indenização por dano moral, 264
- 15.4 Transferência por endosso próprio, 265
- 15.5 Transferência por endosso procuratório, 275

## **16 EXECUÇÃO E PRESCRIÇÃO, 280**

- 16.1 Cobrança judicial da duplicata, 280
- 16.2 Certeza, liquidez e exigibilidade, 281
- 16.3 Executividade da duplicata, 282
- 16.4 Execução contra avalista, 285
- 16.5 Exceção de pagamento, 288
- 16.6 Execução fundada em mais de um título, 288
- 16.7 Execução de duplicata virtual, 289
- 16.8 Fazenda Pública, 289
- 16.9 Executividade de borderô, 291
- 16.10 Foro competente, 293
- 16.11 Foro falimentar, 295
- 16.12 Instrução da inicial, 296
- 16.13 Instrução do pedido com fotocópias, 297
- 16.14 Subjetividade passiva, 299
- 16.15 Defesas e causalidade, 301



- 16.16 Duplicata sem aceite e prova da causa, 305
- 16.17 Desconstituição da duplicata e terceiros, 306
- 16.18 Juros moratórios, 307
- 16.19 Soluções práticas, 308
- 16.20 Nulidade da execução, 310
- 16.21 Perda da pretensão executória, 311
- 16.22 Prescrição como sanção, 312
- 16.23 Prazos prescricionais, 313
- 16.24 Termo inicial, 313
- 16.25 Interrupção, 314

## **17 COBRANÇA PELA VIA ORDINÁRIA, 317**

- 17.1 Cobrança ordinária, 317
- 17.2 Prova escrita, 319
- 17.3 Procedimento monitorio, 320
- 17.4 Indicação da causa *debendi* na ação monitoria, 325
- 17.5 Citação, 327
- 17.6 Prescrição da ação ordinária, 328
- 17.7 Ação do devedor que nega o débito, 329
- 17.8 Ação anulatória e de substituição de título extraviado, 330

## **18 DUPLICATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 332**

- 18.1 Duplicata de prestação de serviços, 332
- 18.2 Pressuposto contratual da duplicata de prestação de serviço, 334
- 18.3 Duplicatas de serviços sem causa idônea, 336
- 18.4 Causas de recusa, 340
- 18.5 Aparência, 341
- 18.6 Duplicata de serviços não aceita, 342
- 18.7 Título hábil para instruir pedido de falência, 347
- 18.8 Conta de profissionais liberais, 348

## **19 PROTEÇÃO PENAL DA DUPLICATA, 352**

- 19.1 Duplicata simulada, 352
- 19.2 Sujeitos, 353



- 19.3 Elementos objetivos do tipo, 354
- 19.4 Elemento subjetivo, 357
- 19.5 Consumação, 357
- 19.6 Simulação, 358
- 19.7 Falsificação do registro de duplicatas, 361
- 19.8 Duplicata e fraude em financiamento, 361

**Anexo A – Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, 363**

**Anexo B – Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, 371**

**Anexo C – Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936, 381**

**Anexo D – Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, 393**

**Anexo E – Sistema nacional integrado de informações econômico-fiscais, 406**

**Anexo F – Portaria do coordenador de administração tributária nº 162, de 29 de dezembro de 2008, 439**

**Anexo G – Carta-circular nº 2.926/00 do Banco Central do Brasil, 462**

**Anexo H – Circular nº 3.255/04 do Banco Central do Brasil, 466**

*Bibliografia, 471*